

# ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Sumário</i> . . . . .	VII
<i>Apresentação</i> . . . . .	IX

## Teoria Geral do Direito Processual Civil

### Parte I – Noções Fundamentais

#### Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

##### § 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais . . . . .	5
2 – Definição . . . . .	6
3 – Natureza. . . . .	6
4 – Relações com outros ramos do Direito . . . . .	7
5 – Objetivo. . . . .	8
5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil . . . . .	8

##### § 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens . . . . .	9
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia . . . . .	9
8 – O processo civil romano . . . . .	10
9 – Processo comum . . . . .	11
10 – O processo civil moderno (fase científica) . . . . .	12
11 – Direito processual civil brasileiro . . . . .	13
12 – Regulamento nº 737 . . . . .	13
13 – Códigos estaduais . . . . .	14
14 – Códigos unitários . . . . .	14
15 – O novo código . . . . .	15
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil . . . . .	16

##### § 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais . . . . .	17
17 – Lei processual . . . . .	17
18 – A lei processual no tempo . . . . .	18
19 – A lei processual no espaço. . . . .	19
20 – Interpretação das leis processuais . . . . .	20

##### § 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais . . . . .	22
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal . . . . .	22
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo. . . . .	23

24 – Princípio do contraditório . . . . .	24
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição . . . . .	25
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual . . . . .	25
27 – Princípio da verdade real . . . . .	26
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade . . . . .	26
29 – Princípio da publicidade . . . . .	27
30 – Princípio da economia processual . . . . .	28
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão . . . . .	28

## Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

### § 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica . . . . .	29
33 – Justiça privada e justiça pública . . . . .	29
34 – Jurisdição . . . . .	30
35 – Características da jurisdição . . . . .	32
36 – Imparcialidade e disponibilidade . . . . .	32
37 – Objetivo da jurisdição . . . . .	33
38 – Princípios fundamentais . . . . .	34
39 – Jurisdição civil . . . . .	34
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária . . . . .	35
41 – Substitutivos da jurisdição . . . . .	36
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva . . . . .	36

### § 6º – Processo

42 – Conceito . . . . .	39
43 – Processo e procedimento . . . . .	40
44 – Autonomia do processo . . . . .	41
45 – Espécies de processo . . . . .	41
46 – Funções do processo . . . . .	42
47 – Independência dos processos . . . . .	42
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas . . . . .	43
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência . . . . .	44

### § 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça . . . . .	45
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional . . . . .	45
50 – Autonomia do direito de ação . . . . .	46
51 – A evolução do conceito de ação . . . . .	46
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional . . . . .	48
52 – Condições da ação . . . . .	48
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação . . . . .	49
54 – Pressupostos processuais . . . . .	54
55 – Classificação das ações . . . . .	56
55-a – Ação e pretensão . . . . .	57
55-b – Ação e causa . . . . .	58
55-c – Elementos identificadores da causa . . . . .	58
56 – A defesa do réu . . . . .	59
57 – Espécies de resposta . . . . .	60

## Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

### § 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo . . . . .	61
--	----

59 – A relação processual . . . . .	62
60 – Classificação dos elementos do processo . . . . .	62
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais . . . . .	63
62 – Direitos processuais . . . . .	63
63 – Obrigações processuais . . . . .	63
64 – Deveres processuais . . . . .	63
65 – Ônus processuais . . . . .	64

## Parte II – Sujeitos do Processo

### Capítulo IV – Partes e Procuradores

#### § 10 – Partes

66 – Partes . . . . .	67
67 – Nomenclatura . . . . .	68
68 – Substituição processual . . . . .	68
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso) . . . . .	69
70 – Capacidade processual . . . . .	70
71 – Capacidade processual das pessoas casadas . . . . .	71
72 – Curatela especial . . . . .	72
73 – Representação das pessoas jurídicas . . . . .	73
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação . . . . .	74

#### § 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores

75 – Deveres . . . . .	76
76 – Responsabilidade das partes por dano processual . . . . .	77
76-a – Direitos . . . . .	78
76-b – Direito especial dos litigantes idosos . . . . .	78

#### § 12 – Despesas e Multas

77 – Ônus financeiro do processo . . . . .	79
78 – Antecipação das despesas . . . . .	79
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo . . . . .	80
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência . . . . .	81
81 – Sucumbência recíproca . . . . .	82
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais . . . . .	82
83 – Multas . . . . .	83
84 – Honorários de advogado . . . . .	83
85 – Cabimento dos honorários . . . . .	84
86 – Inoperância da sucumbência . . . . .	85
87 – Fixação dos honorários . . . . .	85
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários . . . . .	86
89 – Execução dos honorários . . . . .	87
90 – Assistência judiciária . . . . .	87

#### § 13 – Advogados

91 – Capacidade de postulação . . . . .	90
92 – O mandato judicial . . . . .	90
93 – Direitos e deveres . . . . .	91

## § 14 – Substituições das Partes e Procuradores

94 – Substituição de parte . . . . .	93
95 – Substituição do advogado . . . . .	94

## Capítulo V – Pluralidade de Partes

## § 15 – Litisconsórcio

96 – Pluralidade de partes . . . . .	95
97 – Classificações . . . . .	95
98 – Espécies de litisconsórcio . . . . .	96
99 – Sistema do código . . . . .	96
100 – Casos legais de litisconsórcio . . . . .	96
101 – Litisconsórcio necessário. . . . .	98
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação . . . . .	99
103 – Litisconsórcio facultativo recusável . . . . .	99
104 – Posição de cada litisconsorte no processo . . . . .	100
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais . . . . .	101

## § 16 – Intervenção de Terceiros

106 – Conceito . . . . .	102
107 – Classificações . . . . .	102

## § 17 – Oposição

108 – Conceito . . . . .	104
109 – Competência . . . . .	105
110 – Procedimento. . . . .	105
111 – Julgamento da oposição . . . . .	106

## § 18 – Nomeação à Autoria

112 – Conceito . . . . .	108
113 – Pressuposto da nomeação à autoria . . . . .	108
114 – Procedimento. . . . .	108

## § 19 – Denúnciação da Lide

115 – Conceito . . . . .	111
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano . . . . .	112
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide . . . . .	114
117 – Objetivo do incidente . . . . .	115
118 – Legitimação . . . . .	115
119 – Procedimento. . . . .	115
120 – Efeitos da denúnciação da lide. . . . .	116
121 – Denúnciações sucessivas . . . . .	117

## § 20 – Chamamento ao Processo

122 – Conceito . . . . .	120
123 – Casos de admissibilidade do incidente. . . . .	120
124 – Procedimento. . . . .	121
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor. . . . .	122

## § 21 – Assistência

125 – Conceito . . . . .	124
126 – Pressupostos da intervenção . . . . .	124
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial . . . . .	125
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial . . . . .	126
129 – Procedimento . . . . .	126
130 – Poderes e ônus processuais do assistente . . . . .	127
130-a – Assistência provocada . . . . .	128
130-b – O recurso de terceiro prejudicado . . . . .	128

## Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

## § 22 – O Ministério Público

131 – Conceito . . . . .	131
132 – Funções . . . . .	132
133 – Natureza . . . . .	132
134 – Ministério Público como parte . . . . .	133
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i> . . . . .	133
136 – Ausência do Ministério Público no processo . . . . .	134
137 – Órgãos do Ministério Público . . . . .	134
138 – Princípios e garantias . . . . .	135

## Capítulo VII – Juízes

## § 23 – Competência

139 – Conceito . . . . .	137
140 – Distribuição da competência . . . . .	138
141 – Classificação da competência . . . . .	138

## § 24 – Competência Internacional

142 – Noções gerais . . . . .	139
143 – Espécies de competência internacional . . . . .	139
144 – Competência concorrente e litispendência . . . . .	140

## § 25 – Competência Interna

145 – Noções gerais . . . . .	141
146 – Competência em matéria civil . . . . .	142
147 – Competência da Justiça Federal . . . . .	142
148 – Competência das Justiças Estaduais . . . . .	143

## § 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna

149 – Generalidades . . . . .	145
150 – Competência do foro e competência de Juiz . . . . .	146
151 – Divisão da competência do foro . . . . .	146
152 – Cumulatividade de juízos competentes . . . . .	146
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> . . . . .	147

## § 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria

154 – Competência em razão do valor da causa . . . . .	149
155 – Competência em razão da matéria . . . . .	149

## § 28 – Competência Funcional

156 – Conceito . . . . .	150
157 – Classificação . . . . .	150

## § 29 – Competência Territorial

158 – Conceito . . . . .	152
159 – Foro comum . . . . .	152
160 – Foros subsidiários ou supletivos . . . . .	153
161 – Foros especiais . . . . .	153
162 – Ações reais imobiliárias . . . . .	154
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência . . . . .	154
164 – Foro da União e dos Territórios Federais . . . . .	155
165 – Foros <i>ratione personae</i> . . . . .	156
166 – Foro das pessoas jurídicas . . . . .	157
166-a – Foro dos Estados e Municípios . . . . .	157
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações. . . . .	158
168 – Foro de homologação do laudo arbitral . . . . .	158

## § 30 – Modificações da Competência

169 – Competência absoluta e competência relativa . . . . .	159
170 – Prorrogação da competência . . . . .	160
171 – Prorrogação legal. . . . .	160
172 – Efeito prático . . . . .	162
173 – Prevenção . . . . .	162
174 – Outros casos de prorrogação legal . . . . .	163
175 – Conexão entre ação penal e ação civil . . . . .	164
176 – Prorrogação voluntária . . . . .	165
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública . . . . .	166

## § 31 – Declaração de Incompetência

177 – Verificação de competência . . . . .	168
178 – Exceção de incompetência . . . . .	168
179 – Incompetência absoluta . . . . .	169

## § 32 – Conflito de Competência

180 – Noções gerais. . . . .	170
181 – Procedimento do conflito . . . . .	171
182 – Efeitos do conflito . . . . .	171

## Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

## § 33 – Organização Judiciária

183 – O Poder Judiciário Brasileiro . . . . .	173
184 – Duplo grau de jurisdição . . . . .	175
185 – Jurisdição extraordinária . . . . .	175
186 – Competência . . . . .	175
187 – Disciplina da magistratura . . . . .	176

## § 34 – Órgãos Judiciários

188 – Juizes . . . . .	177
------------------------	-----

189 – Requisitos de atuação do juiz . . . . .	177
190 – Garantias da magistratura . . . . .	178
191 – Poderes e deveres do juiz. . . . .	178
192 – Responsabilidade do juiz. . . . .	180
193 – Garantia de imparcialidade do juiz. . . . .	180
194 – Casuismo legal . . . . .	181
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido . . . . .	182

### § 35 – Auxiliares da Justiça

196 – O juízo . . . . .	183
197 – Escrivão . . . . .	183
198 – Oficial de justiça . . . . .	184
199 – Perito . . . . .	185
200 – Depositário e administrador . . . . .	186
201 – Intérprete . . . . .	186
202 – Outros auxiliares eventuais. . . . .	187

## Parte III – Atos Processuais

### Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

#### § 36 – Atos Processuais

203 – Conceito . . . . .	191
204 – Agentes. . . . .	192
205 – Atos do processo e atos do procedimento . . . . .	192
206 – Classificação dos atos processuais . . . . .	193
207 – Forma dos atos processuais . . . . .	194
208 – Publicidade . . . . .	195
209 – Meios de expressão. . . . .	195
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados. . . . .	196

#### § 37 – Atos da Parte

210 – Conceito e classificação . . . . .	197
211 – Eficácia dos atos das partes . . . . .	198
212 – Petições e autos suplementares. . . . .	198
213 – Cotas marginais e lineares nos autos. . . . .	198

#### § 38 – Atos do Juiz

214 – Atividade processual do juiz . . . . .	200
215 – Atos decisórios . . . . .	200
216 – Definições legais . . . . .	201
217 – Decisão interlocutória . . . . .	201
218 – Despachos . . . . .	202
219 – Sentença . . . . .	202
220 – Atos não decisórios. . . . .	203
221 – Forma dos atos decisórios . . . . .	204

#### § 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

222 – Documentação e comunicação dos atos processuais. . . . .	205
223 – Autuação . . . . .	206

224 – Termos processuais . . . . .	206
225 – Forma dos termos . . . . .	207

### Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

#### § 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais

226 – O tempo . . . . .	209
227 – Feriados e férias forenses . . . . .	210
228 – O lugar . . . . .	211

#### § 41 – Prazos

229 – Disposições gerais . . . . .	213
230 – Classificação . . . . .	214
231 – Natureza dos prazos . . . . .	214
232 – O curso dos prazos . . . . .	215
233 – Contagem dos prazos: termo inicial . . . . .	216
234 – Prazos para recurso . . . . .	218
235 – Termo final . . . . .	218
236 – Preclusão . . . . .	219
237 – Prazos para as partes . . . . .	219
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares . . . . .	220
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública . . . . .	221
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários . . . . .	221
241 – Inobservância de prazo da parte . . . . .	221
242 – Inobservância dos prazos do juiz . . . . .	222

### Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

#### § 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo

243 – Intercâmbio processual . . . . .	223
244 – Forma dos atos de comunicação . . . . .	223
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo . . . . .	224
246 – Requisitos das cartas . . . . .	224
247 – Cumprimento das cartas . . . . .	224
248 – Cartas urgentes . . . . .	225
249 – Custas nas cartas . . . . .	225
250 – Cartas rogatórias . . . . .	226

#### § 43 – Citação

251 – Conceito . . . . .	227
252 – Suprimento da citação . . . . .	227
253 – Destinatário da citação inicial . . . . .	228
254 – Local da citação . . . . .	229
255 – Impedimento legal de realização da citação . . . . .	229
256 – Modos de realizar a citação . . . . .	229
257 – Citação, por oficial de justiça . . . . .	230
258 – Citação com hora certa . . . . .	231
259 – Citação pelo Correio . . . . .	232
260 – Citação por edital . . . . .	233
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital . . . . .	234



262 – Efeitos da citação . . . . .	235
263 – Prevenção . . . . .	235
264 – Litispendência . . . . .	235
265 – Litigiosidade . . . . .	236
266 – Mora . . . . .	236
267 – Prescrição . . . . .	236
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição . . . . .	236

#### § 44 – Intimações

269 – Conceito . . . . .	238
270 – Forma . . . . .	238
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça. . . . .	239
272 – Aperfeiçoamento da intimação. . . . .	240
273 – Intimação em audiência . . . . .	241
274 – Intimação por edital ou com hora certa . . . . .	241
275 – Efeitos da intimação . . . . .	242
275-a – Intimação pessoal do representante do Ministério Público e do Defensor Público . . . . .	242

### Capítulo XII – Outros Atos Processuais

#### § 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa

276 – Noções introdutórias . . . . .	243
277 – Registro. . . . .	243
278 – Distribuição . . . . .	243
279 – Distribuição por dependência . . . . .	244
280 – Valor da causa . . . . .	245
281 – Impugnação ao valor da causa . . . . .	246

### Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

#### § 46 – Nulidade

282 – Conceito . . . . .	249
283 – Espécies de vícios do ato processual. . . . .	249
284 – Atos inexistentes . . . . .	250
285 – Atos absolutamente nulos . . . . .	250
286 – Atos relativamente nulos . . . . .	251
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual . . . . .	251
288 – Sistema de nulidade do Código . . . . .	252
289 – Nulidades cominadas pelo Código . . . . .	253
290 – Nulidades da citação e intimação . . . . .	254
291 – Arguição das nulidades. . . . .	254
292 – Momento da arguição . . . . .	254
293 – Decretação de nulidade. . . . .	255
294 – Efeitos da decretação. . . . .	255

### Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

#### Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

#### § 47 – Introdução

295 – Noções gerais. . . . .	259
------------------------------	-----

## § 48 – Formação do Processo

296 – O processo . . . . .	260
297 – Sujeitos da relação jurídica processual. . . . .	260
298 – Início do processo . . . . .	262
299 – Formação gradual da relação processual. . . . .	262
300 – Estabilização do processo . . . . .	263
301 – Alteração do pedido . . . . .	263
302 – Alterações subjetivas. . . . .	264

## § 49 – Suspensão do Processo

303 – Conceito . . . . .	265
304 – Os casos de suspensão do processo . . . . .	265
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual . . . . .	266
306 – Suspensão por convenção das partes. . . . .	267
307 – Suspensão em razão de exceção . . . . .	268
308 – Suspensão por prejudicialidade . . . . .	268
309 – Prejudicialidade e conexão. . . . .	269
310 – Suspensão por motivo de força maior . . . . .	270
311 – Outros casos legais de suspensão . . . . .	270
312 – Férias e suspensão do processo . . . . .	270

## § 50 – Extinção do Processo (I)

313 – Encerramento da relação processual . . . . .	272
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito . . . . .	272
315 – Indeferimento da inicial . . . . .	273
316 – Abandono da causa. . . . .	273
317 – Ausência de pressupostos processuais . . . . .	274
318 – Perempção . . . . .	275
319 – Litispendência e coisa julgada . . . . .	275
320 – Condições da ação . . . . .	276
321 – Convenção de arbitragem . . . . .	277
322 – Desistência da ação. . . . .	277
323 – Intransmissibilidade da ação . . . . .	278
324 – Confusão entre autor e réu . . . . .	278
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito . . . . .	279
326 – Iniciativa da extinção do processo . . . . .	279
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for supriável. . . . .	279

## § 51 – Extinção do Processo (II)

327 – Extinção do processo com julgamento do mérito . . . . .	281
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido . . . . .	282
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu . . . . .	282
330 – Transação. . . . .	283
330-a – Retratação e rescisão de transação . . . . .	283
331 – Prescrição e decadência . . . . .	284
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação . . . . .	285
332 – Renúncia ao direito. . . . .	286

## Processo de Conhecimento

## Parte V – Processo e Procedimento

## Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

## § 52 – Processo e Procedimentos de Cognição

333 – Processo . . . . .	291
334 – Procedimento . . . . .	291
335 – Procedimentos no processo de cognição . . . . .	292
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária . . . . .	293
337 – Esquema do procedimento ordinário . . . . .	293
338 – Fases do procedimento ordinário . . . . .	294
339 – Fase postulatória . . . . .	294
340 – Fase saneadora . . . . .	294
341 – Fase instrutória . . . . .	295
342 – Fase decisória . . . . .	295
342-a – Adequação do Procedimento . . . . .	295

## § 53 – Procedimento sumário

343 – Causas de rito sumário . . . . .	298
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário . . . . .	299
344 – Outras causas de procedimento sumário . . . . .	301
345 – Indisponibilidade do rito sumário . . . . .	301
346 – O procedimento . . . . .	302
347 – A petição inicial e seu despacho . . . . .	303
348 – A citação e a resposta do réu . . . . .	304
349 – Audiência de conciliação . . . . .	305
349-a – Audiência de instrução e julgamento . . . . .	307
350 – Revelia . . . . .	307
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência . . . . .	308
352 – Direito intertemporal . . . . .	308

## Parte VI – Procedimento Ordinário

## Capítulo XVI – Fase de Postulação

## § 54 – Petição Inicial

353 – Petição inicial . . . . .	313
354 – Requisitos da petição inicial . . . . .	314
355 – Despacho da petição inicial . . . . .	315
356 – Casos de indeferimento da petição inicial . . . . .	316
357 – Extensão do indeferimento . . . . .	317
358 – Efeitos do despacho da petição inicial . . . . .	317

## § 55 – O Pedido

359 – Petição inicial . . . . .	318
360 – Pedido . . . . .	318
361 – Requisitos do pedido . . . . .	319
362 – Pedido concludente . . . . .	319
363 – Pedido genérico . . . . .	319

364 – Pedido cominatório . . . . .	320
365 – Pedido alternativo . . . . .	321
366 – Pedidos sucessivos . . . . .	321
367 – Pedido de prestações periódicas . . . . .	322
368 – Pedido de prestação indivisível . . . . .	322
369 – Pedidos cumulados . . . . .	322
370 – Espécies de cumulação de pedido . . . . .	323
371 – Interpretação do pedido . . . . .	323
372 – Aditamento do pedido . . . . .	324
372-a – Modificação do pedido. . . . .	325
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento . . . . .	325

#### § 56 – A Resposta do Réu

373 – A defesa do réu. . . . .	329
374 – A resposta do réu . . . . .	329
375 – Espécies de defesa . . . . .	330
376 – Defesa processual . . . . .	330
377 – Defesa de mérito . . . . .	331
378 – Reconvenção . . . . .	332
379 – Síntese . . . . .	332

#### § 57 – Contestação

380 – Conceito . . . . .	333
381 – Conteúdo e forma da contestação . . . . .	334
382 – Ônus da defesa especificada . . . . .	334
383 – Preliminares da contestação . . . . .	335
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares . . . . .	337
385 – Réplica ou impugnação do autor . . . . .	337

#### § 58 – Exceções

386 – Conceito . . . . .	338
387 – Prazo . . . . .	339
388 – Efeito da exceção. . . . .	339
389 – Exceção de incompetência. Cabimento . . . . .	340
390 – Procedimento. . . . .	340
391 – Exceções de impedimento e de suspeição . . . . .	340

#### § 59 – Reconvenção

392 – Conceito . . . . .	344
393 – Pressupostos da reconvenção. . . . .	344
394 – Procedimento. . . . .	347
395 – Extinção do processo principal. . . . .	348

#### § 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido

396 – Revelia . . . . .	349
397 – Os efeitos da revelia . . . . .	350
398 – Alteração do pedido . . . . .	351
399 – Reconhecimento da procedência do pedido . . . . .	351

## Capítulo XVII – Fase de Saneamento

## § 61 – Providências Preliminares

400 – Conceito . . . . .	353
401 – Réplica do autor . . . . .	354
402 – Revelia e provas . . . . .	354
403 – Intervenção do Ministério Público . . . . .	355
404 – Ação declaratória incidental . . . . .	355
405 – Outras providências preliminares . . . . .	357

## § 62 – Julgamento Conforme o Estado do Processo

406 – Conceito . . . . .	358
407 – Extinção do processo . . . . .	359
408 – Julgamento antecipado da lide . . . . .	360
408-a – Audiência de conciliação . . . . .	360

## § 63 – Saneamento do Processo

409 – Despacho saneador . . . . .	363
410 – Cabimento . . . . .	363
411 – Conteúdo . . . . .	364
412 – Efeito preclusivo . . . . .	365
413 – Formas do despacho saneador . . . . .	365

## Capítulo XVIII – Fase Probatória

## § 64 – A Prova

414 – Conceito . . . . .	367
415 – Características da prova . . . . .	368
416 – Objeto da prova . . . . .	368
417 – Finalidade e destinatário da prova . . . . .	370
418 – Valoração da prova . . . . .	370
419 – O sistema do Código . . . . .	371
420 – Poder de instrução do juiz . . . . .	372
421 – Ônus da prova . . . . .	373
422 – Sistema legal do ônus da prova . . . . .	374
423 – Convenção sobre ônus da prova . . . . .	375
424 – Meios de prova . . . . .	375
425 – Procedimento probatório . . . . .	376
426 – Instrução através de carta . . . . .	377
427 – Dever de colaboração com a Justiça . . . . .	377

## § 65 – Depoimento Pessoal

428 – Conceito . . . . .	379
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal . . . . .	379
430 – Legitimação para o depoimento . . . . .	380
431 – Objeto do depoimento pessoal . . . . .	380
432 – Procedimento . . . . .	380

## § 66 – Confissão

433 – Conceito . . . . .	382
434 – Requisitos da confissão . . . . .	382
435 – Classificações . . . . .	383
436 – Efeitos da confissão . . . . .	383
437 – Indivisibilidade da confissão . . . . .	384
438 – Valor da confissão extrajudicial . . . . .	385

## § 67 – Exibição de Documento ou Coisa

439 – Conceito . . . . .	386
440 – Oportunidade da medida . . . . .	386
441 – Legitimação . . . . .	386
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte . . . . .	387
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro . . . . .	388

## § 68 – Prova Documental

444 – Conceito . . . . .	393
445 – Força probante dos documentos . . . . .	394
446 – Documentos públicos . . . . .	394
447 – Documentos particulares . . . . .	396
448 – Valor probante do documento particular . . . . .	397
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos . . . . .	398
450 – Livros comerciais . . . . .	399
451 – Reprodução de documentos particulares . . . . .	399
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos . . . . .	400
453 – Documentos viciados em sua forma . . . . .	401
454 – Falsidade documental . . . . .	401
455 – Espécies de falsidade . . . . .	402
456 – Ônus da prova . . . . .	403
457 – O incidente de falsidade . . . . .	404
458 – Procedimento do incidente de falsidade . . . . .	404
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade . . . . .	406
459 – Produção da prova documental . . . . .	406
460 – Desentranhamento de documentos . . . . .	408

## § 69 – Prova Testemunhal

461 – Conceito . . . . .	410
462 – Valor probante das testemunhas . . . . .	411
463 – Direitos e deveres da testemunha . . . . .	413
464 – A produção da prova testemunhal . . . . .	415

## § 70 – Prova Pericial

465 – Conceito . . . . .	420
466 – Admissibilidade da perícia . . . . .	421
467 – O perito . . . . .	422
468 – O procedimento da prova pericial . . . . .	423
469 – Valor probante da perícia . . . . .	425
470 – Nova perícia . . . . .	426

## § 71 – Inspeção Judicial

471 – Conceito . . . . .	427
472 – Procedimento. . . . .	427

## § 72 – Audiência de Instrução e Julgamento

473 – Audiência. . . . .	429
474 – Características da audiência . . . . .	429
475 – Atos preparatórios . . . . .	431
476 – Adiamento da audiência . . . . .	431
477 – Antecipação de audiência . . . . .	433
478 – Conciliação. . . . .	433
479 – Procedimento da conciliação. . . . .	435
480 – Instrução e julgamento . . . . .	435
481 – Documentação da audiência . . . . .	437

## Capítulo XIX – Fase Decisória

## § 73 – Noções Introdutórias

482 – Conceito de processo. . . . .	439
483 – Conteúdo e finalidade do processo. . . . .	440

## § 74 – Sentença

484 – Definição legal e classificação doutrinária. . . . .	441
485 – Natureza da sentença definitiva . . . . .	442
486 – Função da sentença definitiva . . . . .	443
486-a – Função da sentença terminativa . . . . .	444

## § 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença

487 – Conteúdo da sentença . . . . .	445
488 – Relatório . . . . .	445
489 – Motivação . . . . .	446
490 – Dispositivo da sentença . . . . .	447
491 – Condições formais da sentença. . . . .	447
492 – Clareza . . . . .	448
493 – Precisão. . . . .	448
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer . . . . .	449
494 – Publicação e intimação da sentença . . . . .	451
495 – Efeitos da publicação. . . . .	452
496 – Correção e integração da sentença . . . . .	452
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i> . . . . .	453

## § 76 – Classificação das Sentenças

497 – Classificações . . . . .	455
498 – Sentenças declaratórias. . . . .	456
499 – Sentenças condenatórias . . . . .	456
500 – Sentença constitutiva. . . . .	457
501 – Momento de eficácia da sentença . . . . .	457
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença . . . . .	458

## § 77 – Efeitos da Sentença

503 – Conceito . . . . .	459
504 – Entrega da prestação jurisdicional . . . . .	459
505 – Hipoteca judiciária . . . . .	460
506 – Outros efeitos secundários da sentença . . . . .	460

## § 78 – Coisa Julgada

507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código . . . . .	462
508 – Coisa julgada formal e material . . . . .	463
508-a – Terminologia do julgamento de mérito . . . . .	465
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada . . . . .	466
510 – Arguição da coisa julgada . . . . .	466
511 – Preclusão . . . . .	467

## § 79 – Limites da Coisa Julgada

512 – Limites objetivos . . . . .	470
513 – Motivos da sentença . . . . .	471
514 – Verdade dos fatos . . . . .	473
515 – Questões prejudiciais . . . . .	473
516 – Questões implicitamente resolvidas . . . . .	474
517 – Duplo grau de jurisdição . . . . .	475
518 – Limites subjetivos . . . . .	476
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas . . . . .	478
519 – Causas de estado . . . . .	480
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de re julgamentos . . . . .	480
520-a – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso . . . . .	481
521 – Execução forçada e coisa julgada . . . . .	483

## Parte VII – Recursos

## Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

## § 80 – Recursos

522 – Conceito . . . . .	487
523 – Fundamento do direito de recurso . . . . .	488
524 – Atos sujeitos a recurso . . . . .	488
525 – Recursos admissíveis . . . . .	489
526 – Correição parcial . . . . .	490
526-a – A técnica de julgamento dos recursos . . . . .	491
526-b – <i>Reformatio in pejus</i> . . . . .	491

## § 81 – Princípios Gerais dos Recursos

527 – Duplo grau de jurisdição . . . . .	492
528 – Legitimação para recorrer . . . . .	492
528-a – Particularidades do recurso de terceiro . . . . .	493
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer . . . . .	494
530 – Pressupostos objetivos do recurso . . . . .	494
531 – Recorribilidade da decisão . . . . .	494
532 – Tempestividade . . . . .	494
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso . . . . .	496
534 – Singularidade do recurso . . . . .	496
535 – Adequação do recurso . . . . .	497



536 – Preparo . . . . .	498
537 – Motivação e forma . . . . .	498
537-a – Efeitos do recurso . . . . .	499
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos . . . . .	499
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença . . . . .	500
540 – Recurso adesivo . . . . .	500
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau . . . . .	501
§ 82 – A Apelação	
541 – Conceito . . . . .	503
542 – Interposição da apelação . . . . .	504
543 – Efeitos da apelação . . . . .	505
544 – Recebimento da apelação . . . . .	507
545 – Deserção . . . . .	508
546 – Prazo para interposição da apelação . . . . .	509
547 – Julgamento em segunda instância . . . . .	510
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito . . . . .	512
549 – Espécies de agravo . . . . .	513
550 – Agravo retido . . . . .	513
550-a – Agravo posterior à apelação . . . . .	515
550-b – Agravo retido no procedimento sumário . . . . .	515
551 – Agravo de instrumento . . . . .	515
552 – Efeitos do agravo de instrumento . . . . .	516
553 – Processamento do agravo de instrumento . . . . .	517
554 – O contraditório . . . . .	519
554-a – Outras observações sobre o novo regime do agravo de instrumento . . . . .	519
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito . . . . .	522
556 – Processamento . . . . .	523
557 – Embargos adesivos . . . . .	524
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes . . . . .	524
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito . . . . .	526
559 – Pressupostos dos embargos de declaração . . . . .	526
560 – Procedimento . . . . .	527
561 – Efeito interruptivo . . . . .	527
562 – Embargos manifestamente protelatórios . . . . .	528
§ 86 – O Recurso de Revista e a Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista . . . . .	531
564 – Uniformização da jurisprudência . . . . .	531
565 – Pressupostos do incidente . . . . .	531
566 – Legitimação para a provocação do incidente . . . . .	532
567 – Apreciação do incidente . . . . .	532
568 – Súmula jurisprudencial . . . . .	533
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Inquérito . . . . .	535

570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal . . . . .	536
571 – Recurso extraordinário . . . . .	536
572 – Pressupostos do recurso extraordinário . . . . .	537
573 – Função do recurso extraordinário . . . . .	538
574 – Efeitos do recurso extraordinário . . . . .	538
575 – Processamento do recurso extraordinário . . . . .	539
576 – Poderes do Relator . . . . .	540
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça . . . . .	541
576-b – Recurso especial . . . . .	541
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial . . . . .	545
576-d – Relevância da questão federal . . . . .	545
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça . . . . .	546
576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal . . . . .	547
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ . . . . .	547
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido . . . . .	548

## § 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos

577 – Posição do novo Código . . . . .	551
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos . . . . .	551

## Parte VIII – O Processo nos Tribunais

### Capítulo XXI – Noções Gerais

#### § 89 – O Processo nos Tribunais

579 – Duplo grau de jurisdição . . . . .	555
580 – Competência dos tribunais . . . . .	555
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais . . . . .	556
582 – Casos de competência originária dos tribunais . . . . .	556
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil . . . . .	558
584 – O funcionamento dos tribunais . . . . .	559
585 – O sistema de julgamento dos tribunais . . . . .	560

#### § 90 – Homologação de Sentença Estrangeira

586 – A eficácia da sentença estrangeira . . . . .	563
587 – O sistema nacional . . . . .	563
588 – A homologação da sentença estrangeira . . . . .	564
589 – Natureza da decisão homologatória . . . . .	564
590 – O procedimento . . . . .	565
591 – A execução . . . . .	566

#### § 91 – Declaração de Inconstitucionalidade

592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro . . . . .	567
593 – Regulamentação legal . . . . .	567
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais . . . . .	568
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade . . . . .	568
596 – Iniciativa de arguição . . . . .	568
597 – Momento da arguição . . . . .	569
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente . . . . .	569
599 – O julgamento da arguição . . . . .	569

## § 92 – Ação Rescisória

600 – Conceito . . . . .	572
601 – Pressupostos . . . . .	574
602 – Casos de admissibilidade da rescisória. . . . .	576
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I) . . . . .	577
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II). . . . .	577
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III). . . . .	578
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III) . . . . .	579
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV). . . . .	579
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V) . . . . .	579
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI). . . . .	580
610 – Documento novo (art. 485, VII) . . . . .	581
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII) . . . . .	582
612 – Erro de fato (art. 485, IX) . . . . .	582
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória . . . . .	583
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso . . . . .	584
614 – Legitimação . . . . .	585
615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> . . . . .	586
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa . . . . .	587
617 – A execução da sentença rescindenda. . . . .	588
618 – Indeferimento da inicial . . . . .	588
619 – Procedimento. . . . .	588
620 – Natureza e conteúdo da decisão . . . . .	589
621 – Rescisória de rescisória . . . . .	590
622 – Prazo de propositura da ação rescisória . . . . .	591
623 – Sentença nula de pleno direito . . . . .	592
<i>Bibliografia</i> . . . . .	597
<i>Índice Onomástico</i> . . . . .	603
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i> . . . . .	605
<i>Índice dos Fluxogramas</i> . . . . .	623

## ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário . . . . .	V
-------------------	---

### Parte IX – PROCESSO DE EXECUÇÃO

#### Capítulo XXII – Princípios Gerais

§ 93 – Execução Forçada	
624 – O Processo judicial . . . . .	3
625 – Processo de conhecimento e processo de execução . . . . .	3
626 – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento . . . . .	4
627 – Visão unitária da jurisdição . . . . .	5
628 – Realização da sanção: fim da execução forçada . . . . .	6
629 – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada . . . . .	6
630 – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos . . . . .	7
631 – Meios de execução . . . . .	8
632 – Autonomia do processo de execução . . . . .	8
632-a – Novos rumos da execução de sentença . . . . .	9
§ 94 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
633 – Princípios informativos do processo de execução . . . . .	10
634 – Toda execução é real . . . . .	11
635 – A execução tende apenas à satisfação do direito do credor . . . . .	11
636 – Princípio da utilidade da execução . . . . .	11
637 – Princípio da economia da execução . . . . .	11
638 – Princípio da especificidade da execução . . . . .	12
639 – Princípio dos ônus da execução . . . . .	12
640 – Princípio do respeito à dignidade humana . . . . .	13
641 – Princípio da disponibilidade da execução . . . . .	13
641-a – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo . . . . .	14
§ 95 – Formas de Execução e Atos de Execução	
642 – As várias formas de execução . . . . .	16
643 – Execução singular e execução coletiva . . . . .	16
644 – Atos de execução . . . . .	17
645 – Relação processual executiva . . . . .	18
645-a – A citação executiva . . . . .	19
§ 96 – Execução Provisória e Definitiva	
646 – Conceito . . . . .	20
647 – Fundamentos da execução provisória . . . . .	20
648 – Execução embargada de título extrajudicial . . . . .	20

649 – Situação do tema no Código . . . . .	21
650 – Normas básicas da execução provisória . . . . .	22
650-a – Incidentes da execução provisória . . . . .	24
§ 97 – Procedimento	
651 – Procedimento da execução forçada. . . . .	25
§ 98 – Disposições Gerais	
652 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento . . . . .	26
653 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça. . . . .	26

### Capítulo XXIII – Requisitos para Realizar Qualquer Execução

§ 99 – Pressupostos da Execução Forçada	
654 – Pressupostos processuais e condições da ação. . . . .	29
655 – O título executivo . . . . .	30
656 – Função do título executivo . . . . .	30
657 – Efeito prático do título executivo. . . . .	31
658 – Requisitos do título executivo: liquidez, certeza e exigibilidade . . . . .	32
659 – Formas dos títulos executivos . . . . .	33
660 – O inadimplemento do devedor . . . . .	34
661 – O inadimplemento em contrato bilateral. . . . .	35

### Capítulo XXIV – A Relação Processual e seus Elementos

§ 100 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução	
662 – Elementos do processo executivo . . . . .	37

### Capítulo XXV – Elementos Subjetivos (I)

§ 101 – Partes. Legitimação Ativa	
663 – Nomenclatura . . . . .	39
664 – Legitimação ativa . . . . .	39
665 – Legitimação ativa originária do credor. . . . .	40
666 – Legitimação extraordinária do Ministério Público . . . . .	40
667 – Legitimação ativa derivada ou superveniente . . . . .	40
668 – Espólio . . . . .	41
669 – Herdeiros e sucessores . . . . .	42
670 – Cessionário . . . . .	42
671 – Sub-rogado. . . . .	43
672 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante . . . . .	44
673 – Terceiros interessados. . . . .	44
§ 102 – Legitimação Passiva	
674 – Legitimação passiva. . . . .	45
675 – Dívida e responsabilidade. . . . .	45
676 – O devedor . . . . .	47
677 – Espólio e sucessores. . . . .	47
678 – O novo devedor . . . . .	48
679 – Fiador judicial . . . . .	49
680 – Fiador extrajudicial . . . . .	50
681 – Responsável tributário. . . . .	51
682 – Revelia do devedor e curador especial. . . . .	53
§ 103 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	
683 – Litisconsórcio . . . . .	54

684 – Assistência . . . . .	55
685 – Denúnciação da lide . . . . .	55
686 – Chamamento ao processo . . . . .	56
§ 104 – Execução por Iniciativa do Próprio Devedor	
687 – O direito à liberação . . . . .	59
688 – Natureza do procedimento . . . . .	59
689 – Cabimento da medida . . . . .	60
690 – Procedimento . . . . .	60
§ 105 – Processo Cumulativo	
691 – Cumulação de execuções . . . . .	62

## Capítulo XXVI – Elementos Subjetivos (II)

§ 106 – O Órgão Judicial	
692 – Juízo competente para a execução . . . . .	65
693 – Execução de sentença . . . . .	65
694 – Competência para execução civil de sentença penal . . . . .	66
695 – Competência para execução de títulos extrajudiciais . . . . .	67
696 – Competência para a execução fiscal . . . . .	67
697 – Competência internacional . . . . .	68
698 – Competência para deliberação sobre os atos executivos . . . . .	68

## Capítulo XXVII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 107 – Títulos Executivos Judiciais	
699 – Títulos executivos judiciais. Enumeração legal . . . . .	71
700 – Sentença condenatória civil . . . . .	72
701 – Sentenças de indenização de ato ilícito: pensionamento . . . . .	74
702 – Sentença penal condenatória . . . . .	75
703 – Sentença homologatória . . . . .	76
703-a – Sentença arbitral . . . . .	77
704 – Sentença estrangeira . . . . .	77
705 – O formal e a certidão de partilha . . . . .	78
§ 108 – Particularidade de Alguns Títulos Executivos Judiciais	
706 – Condenação a prestações alternativas . . . . .	79
707 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo . . . . .	79
708 – Requisito de admissibilidade da execução de sentença condicional ou a termo . . . . .	81

## Capítulo XXVIII – Título Judicial Ilíquido

§ 109 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
709 – Sentença ilíquida . . . . .	83
710 – Execução de sentença ilíquida . . . . .	83
711 – Casos de iliquidez da sentença . . . . .	84
712 – Natureza jurídica da liquidação da sentença . . . . .	84
713 – Limites da liquidação . . . . .	85
714 – Contraditório . . . . .	86
715 – Liqueidez parcial da sentença . . . . .	86
716 – Liquidação por iniciativa do vencido . . . . .	87
717 – Recursos . . . . .	87
718 – Liquidação frustrada . . . . .	88

§ 110 – Procedimento da Liquidação	
719 – Procedimentos . . . . .	89
720 – Liquidação por cálculo . . . . .	89
721 – Liquidação por arbitramento . . . . .	91
722 – Liquidação por artigos. . . . .	92
722-a – A indisponibilidade do rito da liquidação . . . . .	93
723 – Rescisão da sentença liquidatória. . . . .	94

#### Capítulo XXIX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 111 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exeqüíveis . . . . .	99
§ 112 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade. . . . .	100
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor . . . . .	101
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução. . . . .	102
728 – Responsabilidade executiva secundária . . . . .	102
729 – Excussão de bens do sucessor singular. . . . .	103
730 – Excussão de bens do sócio . . . . .	103
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica . . . . .	104
732 – Bens do devedor em poder de terceiros . . . . .	105
733 – Excussão de bens do devedor casado: tutela da meação . . . . .	105
734 – Bens alienados em fraude de execução. . . . .	106
735 – Casos de fraude de execução . . . . .	107
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor. . . . .	108
736-a – A posição do terceiro adquirente em face da execução . . . . .	111
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção . . . . .	111
738 – Excussão de bens do fiador . . . . .	112
739 – Bens de espólio . . . . .	112

#### Capítulo XXX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (III)

§ 113 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva . . . . .	113
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança . . . . .	114
§ 114 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação . . . . .	115
743 – Títulos cambiários e cambiariformes. . . . .	115
744 – Duplicatas . . . . .	116
745 – Responsáveis cambiários . . . . .	116
746 – Documento público ou particular. . . . .	117
747 – Confissões de dívida. . . . .	118
747-a – Contrato de abertura de crédito . . . . .	118
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução. . . . .	120
748-a – Execução hipotecária . . . . .	122
749 – Classificação das garantias . . . . .	123
750 – Seguros. . . . .	124
751 – Rendas imobiliárias . . . . .	124
752 – Encargo de condomínio . . . . .	125
753 – Custas judiciais . . . . .	126
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública . . . . .	126

755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título . . . . .	129
756 – Títulos executivos definidos em outras leis . . . . .	130
757 – Títulos estrangeiros . . . . .	130

## Parte X – DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

### Capítulo XXXI – Disposições Gerais

§ 115 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil . . . . .	133
759 – Direito de preferência gerado pela penhora . . . . .	133
760 – A documentação da petição inicial . . . . .	135
761 – Outras providências a cargo do credor . . . . .	136
762 – Obrigações alternativas . . . . .	136
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto . . . . .	136
764 – Medidas acautelatórias . . . . .	137
765 – Dívida sujeita à contraprestação . . . . .	137
766 – Petição inicial incompleta ou mal-instruída . . . . .	137
767 – Execução e prescrição . . . . .	138
768 – Nulidades no processo de execução . . . . .	139
769 – Imperfeição do título executivo . . . . .	139
770 – Falta de título executivo . . . . .	140
771 – Nulidade da execução fiscal . . . . .	140
772 – Vício da citação . . . . .	141
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo . . . . .	142
774 – A arguição das nulidades . . . . .	142
775 – A arrematação de bem gravado com direito real . . . . .	143
776 – Execução realizável por vários meios . . . . .	144
776-a – Peculiaridades da citação executiva . . . . .	144

### Capítulo XXXII – Execução para Entrega de Coisa

§ 116 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Dar	
777 – Conceito . . . . .	147
778 – Entrega de coisa certa . . . . .	148
779 – Procedimento . . . . .	148
779-a – Cominação de multa diária . . . . .	149
780 – Efeito dos embargos . . . . .	149
781 – Alienação da coisa devida . . . . .	150
782 – Execução da obrigação substitutiva . . . . .	150
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção . . . . .	151
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> . . . . .	152
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02) . . . . .	152
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa . . . . .	153
784-c – Embargos de retenção . . . . .	153
785 – Execução para entrega de coisa incerta . . . . .	154
785-a – Medidas de coerção e apoio . . . . .	154

### Capítulo XXXIII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 117 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
786 – O problema da execução das prestações de fato . . . . .	157
787 – Fungibilidade das prestações . . . . .	158



788 – “Astreinte”: a multa como meio de coação . . . . .	158
789 – Distinções preliminares . . . . .	159
790 – Princípios comuns . . . . .	160
790-a – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.02. . . . .	160
791 – Execução das prestações fungíveis . . . . .	161
792 – Realização da prestação fungível por terceiro . . . . .	162
793 – Inadimplência do terceiro arrematante . . . . .	162
794 – Realização da prestação pelo próprio credor . . . . .	163
794-a – Autotutela prevista no novo Código Civil . . . . .	163
795 – Execução das prestações infungíveis . . . . .	164
796 – Execução das prestações de declaração de vontade . . . . .	165
797 – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente . . . . .	166
798 – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade . . . . .	166
799 – Natureza jurídica da sentença . . . . .	167
800 – Execução das obrigações de não fazer . . . . .	168
800-a – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias . . . . .	168

#### Capítulo XXXIV – Execução por Quantia Certa

##### § 118 – Noções Gerais

801 – O objetivo da execução por quantia certa . . . . .	173
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados . . . . .	174
803 – Espécies . . . . .	175

#### Capítulo XXXV – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

##### § 119 – Fase de Proposição

804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente . . . . .	177
805 – Proposição . . . . .	178
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado . . . . .	179

#### Capítulo XXXVI – Fase de Instrução (I)

##### § 120 – Penhora

807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa . . . . .	181
808 – Natureza jurídica da penhora . . . . .	182
809 – Função da penhora . . . . .	183
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros . . . . .	185
811 – Inscrição da penhora que recai sobre imóvel . . . . .	187
812 – Penhora de imóvel na sistemática da Lei nº 10.444, de 07.05.02. . . . .	187
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução . . . . .	190

##### § 121 – Objeto da Penhora

813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis . . . . .	192
814 – Bens absolutamente impenhoráveis . . . . .	193
814-a – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família . . . . .	195
814-b – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal . . . . .	196
815 – Bens relativamente impenhoráveis . . . . .	197
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil . . . . .	197
817 – Limites da penhora . . . . .	200
818 – Escolha dos bens a penhorar . . . . .	200
819 – Gradação legal da nomeação de bens à penhora e outras exigências da lei a serem cumpridas pelo devedor . . . . .	201
820 – Nomeação de bens pelo credor . . . . .	202
821 – Bens fora da comarca . . . . .	202

§ 122 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora pelo oficial de justiça . . . . .	204
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial . . . . .	205
824 – Auto de penhora e depósito e penhora por termo do escrivão . . . . .	205
825 – Intimação de penhora . . . . .	206
§ 123 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens . . . . .	207
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais . . . . .	207
828 – Penhora de direitos e ações . . . . .	207
829 – Penhora sobre créditos do executado. . . . .	208
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado. . . . .	208
831 – Penhora no rosto dos autos . . . . .	209
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas . . . . .	209
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos. . . . .	210
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público . . . . .	210
835 – Penhora de navio ou aeronave . . . . .	211
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens . . . . .	211
§ 124 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora . . . . .	212
838 – Remição da execução por quantia certa . . . . .	213
§ 125 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados	
839 – Depósito dos bens penhorados . . . . .	214
840 – Escolha do depositário . . . . .	214
841 – Função do depositário . . . . .	215
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados . . . . .	215
843 – Depositário comum e depositário administrador . . . . .	216
844 – Responsabilidade do depositário . . . . .	216
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva . . . . .	216
846 – Prisão civil do depositário judicial . . . . .	217

## Capítulo XXXVII – Fase de Instrução (II)

§ 126 – Expropriação	
847 – Conceito . . . . .	219
§ 127 – Arrematação	
848 – Conceito e natureza jurídica da arrematação. . . . .	220
849 – Avaliação. . . . .	220
850 – Laudo de avaliação . . . . .	221
851 – Reflexos da avaliação sobre a alienação forçada dos bens penhorados . . . . .	222
852 – Espécies de arrematação . . . . .	222
853 – Leilão e praça . . . . .	223
854 – Editais e outras divulgações da arrematação. . . . .	224
855 – Intimação do devedor . . . . .	225
855-a – Outras intimações . . . . .	225
856 – Adiamento da arrematação . . . . .	226
857 – A hasta pública . . . . .	226
858 – Legitimação para arrematar. . . . .	227
859 – Forma de pagamento da arrematação . . . . .	228
860 – Auto de arrematação. . . . .	229
861 – Arrematação de imóveis . . . . .	229
862 – Desfazimento ou retratação da arrematação . . . . .	230
863 – Carta de arrematação . . . . .	232

864 – Efeitos da arrematação . . . . .	234
865 – Evição e arrematação. . . . .	234
866 – Vícios redibitórios . . . . .	235
867 – Ação anulatória da arrematação . . . . .	236
§ 128 – Remição	
868 – Remição de bens. . . . .	237
869 – Remição de bens e remição da execução. . . . .	237
870 – Mecanismo da remição de bens. . . . .	238
871 – Bens passíveis de remição . . . . .	238
872 – Legitimação . . . . .	238
873 – Oportunidade . . . . .	239
874 – Preço . . . . .	240
875 – Sentença de remição. . . . .	240
876 – Carta de remição. . . . .	240

### Capítulo XXXVIII – Fase de Satisfação

§ 129 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor . . . . .	241
§ 130 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro . . . . .	242
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução . . . . .	242
880 – Procedimento do concurso particular . . . . .	243
§ 131 – Pagamento por Adjudicação de Bens	
881 – Adjudicação . . . . .	245
882 – Pressuposto da adjudicação. . . . .	246
883 – Multiplicidade de pretendentes à adjudicação. . . . .	246
884 – Depósito do preço da adjudicação . . . . .	247
885 – Sentença e carta de adjudicação . . . . .	247
§ 132 – Pagamento por Usufruto Forçado	
886 – Usufruto de imóvel ou empresa . . . . .	249
887 – Usufruto forçado de empresa . . . . .	251

### Capítulo XXXIX – Execução contra a Fazenda Pública

§ 133 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
888 – Execução forçada contra a Fazenda Pública . . . . .	255
888-a – Execução provisória contra a Fazenda Pública . . . . .	258
889 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários . . . . .	258
889-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar . . . . .	260
890 – Execução de obrigação de dar . . . . .	260

### Capítulo XL – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 134 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia . . . . .	261
892 – Averbação em folha de pagamento. . . . .	261
893 – Prisão civil do devedor . . . . .	262
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos . . . . .	263
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733) . . . . .	264

## Parte XI – OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO FORÇADA

### Capítulo XLI – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 135 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução . . . . .	267
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução . . . . .	268
898 – Classificação dos embargos do devedor . . . . .	268
899 – Legitimação . . . . .	269
900 – Autonomia dos embargos de cada co-executado . . . . .	270
901 – Competência . . . . .	271
902 – Generalidades sobre o processamento dos embargos . . . . .	272
903 – Segurança do juízo como condição da ação de embargos do devedor . . . . .	272
904 – Prazo para propositura dos embargos do devedor . . . . .	273
905 – Rejeição liminar dos embargos . . . . .	275
906 – Procedimento . . . . .	275
907 – Revelia nos embargos . . . . .	276
908 – Efeito suspensivo dos embargos . . . . .	276
909 – Embargos à execução de sentença . . . . .	277
910 – Embargos de retenção por benfeitorias . . . . .	281
911 – Embargos à execução fundada em título extrajudicial . . . . .	282
912 – Autonomia da ação de embargos do devedor . . . . .	283
913 – Embargos à arrematação e à adjudicação . . . . .	283
913-a – Exceção de preexecutividade . . . . .	284
§ 136 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito . . . . .	287
915 – Legitimação ativa . . . . .	287
916 – Legitimação passiva . . . . .	288
917 – Valor da causa . . . . .	288
918 – Competência . . . . .	289
919 – Oportunidade . . . . .	289
920 – Julgamento e recurso . . . . .	289
921 – Procedimento . . . . .	290
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real . . . . .	290
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro . . . . .	291

## Parte XII – INSOLVÊNCIA CIVIL

### Capítulo XLII – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 137 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular . . . . .	295
925 – Pressupostos da execução coletiva . . . . .	296
926 – Efeitos da declaração de insolvência . . . . .	298
927 – Característica da execução coletiva . . . . .	299
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil . . . . .	300
§ 138 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo . . . . .	301
930 – Caracterização da insolvência . . . . .	302
§ 139 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação . . . . .	304
932 – Insolvência requerida pelo credor . . . . .	305
933 – Caráter facultativo da ação concursal . . . . .	306
934 – Insolvência de cônjuges . . . . .	306
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor . . . . .	307

§ 140 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor . . . . .	308
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio . . . . .	309
§ 141 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência . . . . .	313
§ 142 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência . . . . .	314
§ 143 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa. . . . .	316
941 – Atribuições do administrador. . . . .	317
§ 144 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos . . . . .	319
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo . . . . .	320
944 – Quadro geral de credores . . . . .	321
§ 145 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores . . . . .	323
946 – Encerramento e suspensão do processo . . . . .	324
947 – Saldo devedor . . . . .	325
948 – Extinção das obrigações. . . . .	325
§ 146 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil . . . . .	328
950 – Pensão para o devedor. . . . .	328
951 – Insolvência de pessoas jurídicas . . . . .	329
951-a – Editais . . . . .	329

## Parte XIII – CRISES DA EXECUÇÃO E SISTEMA RECURSAL

### Capítulo XLIII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 147 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução . . . . .	335
953 – Casos de suspensão . . . . .	336
954 – Suspensão provocada por embargos . . . . .	336
955 – Suspensão prevista no art. 265, n <sup>os</sup> I a III . . . . .	336
955-a – Suspensão por transação . . . . .	337
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis . . . . .	337
957 – Efeitos da suspensão. . . . .	338
958 – Extinção da execução . . . . .	338
959 – Extinção por satisfação do direito do credor. . . . .	338
960 – Extinção por remissão da dívida . . . . .	339
961 – Extinção por renúncia . . . . .	339
962 – Outros casos de extinção da execução . . . . .	339
963 – Sentença de extinção . . . . .	340
964 – Coisa julgada. . . . .	340
§ 148 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução. . . . .	342
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes . . . . .	342
967 – Casos de cabimento da apelação . . . . .	343
968 – Casos de agravo de instrumento . . . . .	343

969 – Efeitos dos recursos . . . . .	344
970 – Causas de alçada . . . . .	345

## Parte XIV – PROCESSO CAUTELAR

### Capítulo XLIV – Noções Gerais

§ 149 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo . . . . .	349
972 – Processo principal e processo cautelar . . . . .	350
973 – A ação cautelar . . . . .	351
974 – Medidas cautelares . . . . .	351
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade . . . . .	352
976 – Provisoriedade . . . . .	353
977 – Revogabilidade . . . . .	354
978 – Autonomia . . . . .	354
979 – Classificação das medidas cautelares . . . . .	355
980 – Classificação do direito positivo . . . . .	356
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil . . . . .	357
982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas . . . . .	358
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória . . . . .	358
§ 150 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar . . . . .	360
984 – O “fumus boni iuris” . . . . .	360
985 – “Periculum in mora”. . . . .	361
986 – Oportunidade da providência cautelar . . . . .	362
987 – Tutela cautelar “ex officio”. . . . .	363
988 – Caráter incidental da medida cautelar “ex officio” . . . . .	364
§ 151 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas . . . . .	365
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica . . . . .	366
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas . . . . .	366
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas . . . . .	367
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica . . . . .	367
994 – Opção entre medida típica e medida atípica . . . . .	368
995 – Aplicação prática de medidas atípicas . . . . .	369
996 – Limites do poder geral de cautela . . . . .	369

### Capítulo XLV – Relação Processual Cautelar

§ 152 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade . . . . .	373
998 – Competência . . . . .	374
999 – Competência e prevenção do juízo . . . . .	374
1.000 – Competência cautelar em grau recursal . . . . .	375
1.000-a – Intervenção de terceiros . . . . .	377
§ 153 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar . . . . .	378
1.002 – Provas . . . . .	378
1.003 – Instrução do processo cautelar . . . . .	379

1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar . . . . .	380
---	-----

## Capítulo XLVI – Procedimento

### § 154 – O Procedimento da Ação Cautelar

1.005 – O procedimento da ação cautelar . . . . .	381
1.006 – Procedimentos cautelares . . . . .	382
1.007 – Autuação própria . . . . .	382
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares. . . . .	383
1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual . . . . .	384

### § 155 – Petição Inicial da Ação Cautelar

1.010 – Petição inicial . . . . .	385
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária . . . . .	386
1.012 – Lide e seu fundamento . . . . .	386
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão . . . . .	387
1.014 – Provas a produzir . . . . .	388
1.015 – O pedido . . . . .	388
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido . . . . .	389

### § 156 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento

1.017 – A defesa do requerido . . . . .	390
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção. . . . .	390
1.019 – Revelia . . . . .	391
1.020 – Audiência de instrução e julgamento. . . . .	391

### § 157 – Medida Liminar e Contracautela

1.021 – Medida cautelar “inaudita altera parte” . . . . .	393
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar. . . . .	394
1.023 – Contracautela . . . . .	395

## Capítulo XLVII – Sentença e Execução em Processo Cautelar

### § 158 – Sentença Cautelar

1.024 – Julgamento da pretensão cautelar. . . . .	397
1.025 – Coisa julgada. . . . .	397
1.026 – Limites da sentença . . . . .	398
1.027 – Fundamentação . . . . .	398
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios . . . . .	398

### § 159 – Execução das Medidas Cautelares

1.029 – Execução em matéria cautelar . . . . .	401
1.030 – Figura unitária do processo cautelar . . . . .	401
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução . . . . .	402
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar . . . . .	402

## Capítulo XLVIII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

### § 160 – Fungibilidade

1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares . . . . .	405
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar . . . . .	405
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva . . . . .	406
1.036 – Procedimento . . . . .	406

### § 161 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo

1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar . . . . .	408
---	-----

1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal . . . . .	408
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal . . . . .	409
1.040 – Conclusão . . . . .	409
1.041 – Suspensão do processo . . . . .	410
§ 162 – Extinção da Medida Cautelar	
1.042 – Formas de extinção da medida cautelar . . . . .	411
1.043 – Processamento da extinção . . . . .	411
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia . . . . .	412
§ 163 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar	
1.045 – Modificabilidade e revogabilidade . . . . .	413
1.046 – Procedimento . . . . .	414
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar. . . . .	414

#### Capítulo XLIX – Recursos no Processo Cautelar

§ 164 – Remédios Recursais	
1.048 – Apelação . . . . .	415
1.049 – Agravo de instrumento . . . . .	415
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial . . . . .	416

#### Capítulo L – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

§ 165 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar	
1.051 – Responsabilidade civil do promovente. . . . .	417
1.052 – Liquidação e execução da indenização. . . . .	418

### Parte XV – MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS OU NOMINADAS

#### Capítulo LI – Procedimentos Cautelares Específicos

§ 166 – Arresto	
1.053 – Conceito . . . . .	421
1.054 – Arresto e seqüestro . . . . .	422
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto . . . . .	422
1.056 – Prova de dívida líquida e certa . . . . .	422
1.057 – Fundado receio de dano . . . . .	423
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto. . . . .	424
1.059 – Prova documental . . . . .	424
1.060 – Justificação prévia. . . . .	424
1.061 – Caução . . . . .	424
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente . . . . .	425
1.063 – Bens arrestáveis . . . . .	426
1.064 – Legitimação para a ação de arresto . . . . .	426
1.065 – Competência . . . . .	427
1.066 – Procedimento . . . . .	427
1.067 – Execução do arresto . . . . .	428
1.068 – Depositário. . . . .	428
1.069 – Suspensão da execução do arresto . . . . .	429
1.070 – Efeitos do arresto . . . . .	429
1.071 – Extinção do arresto . . . . .	430
§ 167 – Seqüestro	
1.072 – Conceito . . . . .	432



1.073 – Ação de seqüestro . . . . .	432
1.074 – Procedimento . . . . .	433
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro. . . . .	433
1.076 – Cabimento do seqüestro. . . . .	433
1.077 – Objeto do seqüestro . . . . .	434
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro . . . . .	434
1.079 – Casuismo legal. . . . .	435
1.080 – Receio de rixas e danificações . . . . .	435
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando . . . . .	437
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais . . . . .	437
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro . . . . .	437
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro . . . . .	438
§ 168 – Caução	
1.085 – Conceito . . . . .	440
1.086 – Classificação. . . . .	440
1.087 – Cauções legais . . . . .	441
1.088 – Cauções negociais . . . . .	441
1.089 – Caução processual . . . . .	441
1.090 – A ação de caução . . . . .	441
1.091 – Objeto da caução . . . . .	442
1.092 – Legitimação e competência . . . . .	443
1.093 – Procedimento . . . . .	443
1.094 – Cauções tipicamente cautelares . . . . .	444
1.095 – Execução da sentença . . . . .	444
1.096 – Caução às custas . . . . .	445
1.097 – Reforço da caução . . . . .	445
§ 169 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito . . . . .	448
1.099 – Classificação. . . . .	448
1.100 – Pressupostos . . . . .	449
1.101 – Objeto . . . . .	449
1.102 – Competência . . . . .	449
1.103 – Procedimento . . . . .	450
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais . . . . .	451
§ 170 – Exibição	
1.105 – Conceito . . . . .	453
1.106 – Ação de exibição . . . . .	453
1.107 – Classificação. . . . .	454
1.108 – Exibição incidental . . . . .	455
1.109 – Ação cautelar exhibitória. . . . .	455
1.110 – Exibição de coisas móveis . . . . .	456
1.111 – Exibição de documentos . . . . .	456
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial . . . . .	456
1.113 – Procedimento da ação exhibitória contra parte . . . . .	457
1.114 – Procedimento da ação exhibitória contra terceiro. . . . .	460
1.115 – Eficácia da exibição . . . . .	461
1.116 – Prevenção de competência . . . . .	461
1.117 – Ação exhibitória e medida liminar. . . . .	461
§ 171 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova . . . . .	464

1.119 – Ação cautelar antecipatória . . . . .	464
1.120 – Cabimento . . . . .	465
1.121 – Oportunidade . . . . .	466
1.122 – Objeto da antecipação de prova . . . . .	467
1.123 – Competência . . . . .	467
1.124 – Procedimento . . . . .	467
1.125 – Sentença . . . . .	468
1.126 – Valoração da prova antecipada . . . . .	468
1.127 – Eficácia. . . . .	468
1.128 – Medida “inaudita altera parte” . . . . .	469
1.129 – Despesas processuais . . . . .	469
1.130 – Destino dos autos . . . . .	469
§ 172 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos . . . . .	471
1.132 – Alimentos provisionais . . . . .	471
1.133 – Cabimento e oportunidade . . . . .	472
1.134 – Legitimação . . . . .	473
1.135 – Competência . . . . .	473
1.136 – Procedimento . . . . .	474
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais . . . . .	475
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais . . . . .	475
1.139 – Outras ações de cunho alimentar . . . . .	476
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos . . . . .	476
1.141 – Execução. . . . .	477
§ 173 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito . . . . .	479
1.143 – Pressupostos . . . . .	479
1.144 – Objetivo da medida . . . . .	480
1.145 – Legitimação . . . . .	480
1.146 – Procedimento . . . . .	481
1.147 – O contraditório. . . . .	482
1.148 – Sentença . . . . .	482
1.149 – Eficácia. . . . .	482
§ 174 – Justificação	
1.150 – Conceito . . . . .	484
1.151 – Natureza jurídica . . . . .	484
1.152 – Objetivo . . . . .	485
1.153 – Competência. . . . .	485
1.154 – Procedimento . . . . .	485
1.155 – Julgamento da justificação . . . . .	486
§ 175 – Protestos, Notificações e Interpelações	
1.156 – Conceito . . . . .	488
1.157 – Protesto. . . . .	488
1.158 – Notificação. . . . .	489
1.159 – Intepelação . . . . .	489
1.160 – Indeferimento do pedido . . . . .	489
1.161 – Contraprotesto . . . . .	491
1.162 – Procedimento . . . . .	491
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos. . . . .	492
§ 176 – Homologação do Penhor Legal	

1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação . . . . .	494
1.165 – Natureza jurídica da medida processual . . . . .	495
1.166 – Procedimento . . . . .	495
1.167 – Sentença . . . . .	496
1.168 – Execução . . . . .	496
§ 177 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito . . . . .	499
1.170 – Natureza da ação . . . . .	499
1.171 – Legitimação . . . . .	500
1.172 – Procedimento . . . . .	500
1.173 – Sentença . . . . .	501
1.174 – Efeitos . . . . .	502
§ 178 – Atentado	
1.175 – Conceito . . . . .	504
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil . . . . .	504
1.177 – Cabimento . . . . .	505
1.178 – Pressupostos do atentado . . . . .	505
1.179 – Exame do casuismo legal . . . . .	506
1.180 – Legitimidade . . . . .	507
1.181 – Competência . . . . .	507
1.182 – Procedimento . . . . .	508
1.183 – Sentença . . . . .	508
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo . . . . .	509
1.185 – Perdas e danos . . . . .	510
§ 179 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.186 – Protesto cambiário . . . . .	512
1.187 – Procedimento . . . . .	513
1.188 – Registro do protesto . . . . .	513
1.189 – Dúvidas do Oficial . . . . .	514
1.190 – Apreensão do título e prisão do devedor . . . . .	514
§ 180 – Outras Medidas Provisórias	
1.191 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC . . . . .	518
1.192 – Procedimento . . . . .	518

## Apêndice – ESTUDOS DO AUTOR SOBRE TEMAS DE PROCESSO DE EXECUÇÃO E PROCESSO CAUTELAR

### I – Execução forçada. Obrigações de contratar. Compromisso de compra e venda. Adjudicação compulsória

1 – Execução específica das obrigações . . . . .	523
2 – Compromisso de contratar . . . . .	525
3 – O verdadeiro alcance da execução forçada das obrigações de contratar . . . . .	527
4 – A tentativa jurisprudencial de contornar a restrição à adjudicação compulsória criada pelo STF . . . . .	529
5 – Harmonia final entre a lei, a doutrina e a jurisprudência . . . . .	532
6 – Conclusão . . . . .	534

### II – Tutela de urgência

1 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material . . . . .	537
--	-----

2 – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro . . . . .	538
3 – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade . . . . .	539
4 – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro . . . . .	541
5 – A visão unitária da tutela de urgência . . . . .	543
6 – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02 . . . . .	545
7 – Conclusão . . . . .	547

### III – Poder geral de cautela

1 – Processo e tempo . . . . .	549
2 – Processo principal e processo cautelar . . . . .	550
3 – Pressupostos das medidas cautelares . . . . .	551
4 – Conceito de medida cautelar . . . . .	551
5 – Medidas típicas e medidas atípicas . . . . .	552
6 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica . . . . .	553
7 – Requisitos das medidas cautelares atípicas . . . . .	554
8 – O perigo de dano . . . . .	554
9 – Formas e conteúdos das medidas atípicas . . . . .	555
10 – Limitações do poder cautelar . . . . .	556
11 – O procedimento da ação cautelar atípica . . . . .	560
12 – Conclusão . . . . .	560

### IV – Tutela antecipada

1 – Intróito . . . . .	563
2 – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela . . . . .	565
3 – Justificação da tutela antecipada . . . . .	566
4 – Conceito de tutela antecipada . . . . .	567
5 – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais . . . . .	569
6 – Casos de antecipação de tutela . . . . .	570
7 – Extensão . . . . .	571
8 – Pressupostos . . . . .	572
9 – Outros pressupostos . . . . .	573
10 – Momento ou oportunidade . . . . .	573
11 – Provisoriedade . . . . .	574
12 – Reversibilidade . . . . .	575
13 – Pessoas jurídicas de direito público . . . . .	576
14 – Tutela cautelar e tutela antecipada . . . . .	576
15 – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada . . . . .	578
16 – Conclusão . . . . .	578

### V – Antecipação de tutela em ações declaratórias e constitutivas

1 – Noção de antecipação de tutela . . . . .	581
2 – Requisitos da tutela antecipada . . . . .	582
3 – Natureza das providências antecipatórias . . . . .	582
4 – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito . . . . .	584

5 – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório . . . . .	590
6 – Conclusão . . . . .	591

#### VI – Execuções das medidas cautelares e antecipatórias

1 – Jurisdição e execução. . . . .	593
2 – Processo de conhecimento e processo de execução . . . . .	594
3 – Medidas cautelares . . . . .	595
4 – Execução das medidas cautelares . . . . .	596
5 – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar. . . . .	597
6 – Tutela antecipatória. . . . .	600
7 – Execução das medidas de antecipação de tutela . . . . .	601

#### VII – Tutela de emergência – antecipação de tutela e medidas cautelares

1 – Intróito. . . . .	603
2 – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela . . . . .	605
3 – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela . . . . .	608
4 – Conclusão . . . . .	610

#### VIII – Responsabilidade civil objetiva derivada de execução de medida cautelar ou medida de antecipação de tutela

1 – Fontes da responsabilidade civil . . . . .	611
2 – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil . . . . .	613
3 – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias . . . . .	616
4 – Dos danos indenizáveis e sua execução . . . . .	619
5 – Conclusão . . . . .	621

<i>Bibliografia</i> . . . . .	623
<i>Índice Onomástico</i> . . . . .	631
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i> . . . . .	635
<i>Índice dos Fluxogramas</i> . . . . .	665

## ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário .....	V
Apresentação da 36ª edição .....	VII
Apresentação da 35ª edição .....	IX
Apresentação .....	XI

## Procedimentos Especiais

## Parte XVI – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

## Capítulo LVII – Procedimentos Especiais

## § 198 – Generalidades

1.193 – Conceito .....	4
1.194 – Razão de ser dos procedimentos especiais .....	5
1.195 – Técnicas de especialização procedimental .....	6
1.196 – Complementação das regras procedimentais .....	7
1.197 – Pressupostos dos procedimentos especiais .....	7
1.198 – Erro na adoção do procedimento .....	8

## Capítulo LVIII – Ação de Consignação em Pagamento

## § 199 – Os Fundamentos do Depósito em Consignação

1.199 – O direito de pagar .....	12
1.200 – A liberação natural e a liberação forçada do devedor .....	12
1.201 – A ação de consignação em pagamento .....	13
1.202 – Histórico da consignação em pagamento .....	13

## § 200 – O Procedimento da Consignação em Pagamento

1.203 – Natureza do instituto da consignação .....	17
1.204 – Natureza processual da ação de consignação .....	17
1.205 – Prestações passíveis de consignação .....	18
1.206 – Cabimento da consignação .....	18
1.207 – Liquidez da prestação devida .....	20
1.208 – Consignação principal e incidental .....	23
1.209 – Legitimação <i>ad causam</i> .....	24
1.210 – Competência .....	26
1.211 – Consignação no local em que se acha a coisa devida .....	27
1.212 – Oportunidade da consignatória .....	28
1.213 – Objeto da consignação .....	30
1.214 – Obrigação de prestações periódicas .....	31
1.215 – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas .....	31
1.216 – Quebra da seqüência de depósitos periódicos .....	32
1.217 – O procedimento especial da consignatória .....	33
1.218 – Obrigações alternativas .....	34
1.219 – Valor da causa .....	35
1.220 – Resposta do demandado .....	35
1.221 – Comparecimento do credor para receber .....	35
1.222 – Não-comparecimento e revelia do demandado .....	37

1.223 – Levantamento do depósito pelo devedor .....	38
1.224 – Contestação .....	38
1.225 – Matéria de defesa .....	39
1.226 – Complementação do depósito insuficiente .....	40
1.227 – Sentença .....	41
1.228 – Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito .....	42
1.229 – Particularidades da consignação por dúvida .....	42
1.230 – A posição dos possíveis credores .....	43
1.231 – Resgate da enfiteuse .....	45
1.231-a. – A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios .....	46
1.231-b. – A consignação de obrigação em dinheiro .....	48
1.231-c. – Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada .....	49

### Capítulo LIX – Ação de Depósito

§ 201 – O Depósito e sua Tutela Judicial	
1.232 – Conceito e espécies de depósito .....	54
1.233 – Ação de depósito .....	55
1.234 – Histórico .....	55
1.235 – Natureza da ação .....	56
1.236 – Objeto da pretensão .....	57
§ 202 – O Procedimento da Ação de Depósito	
1.237 – Pressupostos da ação .....	60
1.238 – Legitimação .....	60
1.239 – Competência .....	61
1.240 – Especialidade do procedimento .....	62
1.241 – Caráter expedito do procedimento .....	62
1.242 – Prisão civil .....	63
1.243 – Resposta do demandado .....	64
1.244 – Entrega da coisa .....	65
1.245 – Consignação do equivalente econômico .....	65
1.246 – Consignação da própria coisa .....	66
1.247 – Contestação .....	67
1.248 – Sentença e execução .....	67
1.249 – Outras providências executivas .....	68
1.250 – Depositário judicial .....	69
1.251 – Penhor mercantil, industrial e rural .....	71
1.252 – Alienação fiduciária em garantia .....	72

### Capítulo LX – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 203 – Títulos ao Portador	
1.253 – Tutela processual do título ao portador .....	76
1.254 – Títulos ao portador tuteláveis .....	76
§ 204 – Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	
1.255 – Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador .....	79
1.256 – Ação de reivindicação .....	79
1.257 – Ação de anulação e substituição .....	80
1.258 – Legitimação .....	81
1.259 – Competência .....	81
1.260 – Especialidade do procedimento (petição inicial e citações) .....	81
1.261 – Justificação liminar .....	82

1.262 – Contestação .....	83
1.263 – Posição processual do devedor .....	84
1.264 – Sentença .....	84
1.265 – Ordem de substituição do título .....	86
1.266 – Destruição do título .....	86
 Capítulo LXI – Ação de Prestação de Contas	
§ 205 – Generalidades	
1.267 – Conceito .....	92
1.268 – Ação de dar e ação de exigir contas .....	92
1.269 – Natureza jurídica .....	93
1.270 – Cabimento .....	94
1.271 – Legitimação e interesse .....	96
1.272 – Prestação de contas dos administradores judiciais .....	97
1.273 – Sociedade e prestação de contas .....	98
1.274 – Ações matrimoniais e prestação de contas .....	99
1.275 – Prestação de contas entre condôminos .....	100
1.276 – Organização das contas .....	100
1.277 – Prova das contas .....	101
 § 206 – Ação de Exigir Contas	
1.278 – Ação de exigir contas .....	103
1.279 – Procedimento da primeira fase .....	103
1.280 – Reconvenção .....	104
1.281 – Sentença da primeira fase .....	104
1.282 – Procedimento da segunda fase .....	105
1.283 – Contas elaboradas pelo autor .....	106
1.284 – Sucumbência .....	107
 § 207 – Ação de Dar Contas	
1.285 – Caráter unitário do procedimento .....	110
1.286 – Procedimento .....	110
1.287 – Sucumbência .....	112
 § 208 – Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas	
1.288 – Sentença e execução .....	114
 Capítulo LXII – Ações Possessórias	
§ 209 – Generalidades	
1.289 – A posse e seus efeitos .....	118
1.290 – A razão da tutela possessória .....	119
1.291 – O instituto da posse e a paz social .....	120
1.292 – O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório) .....	122
1.293 – Natureza jurídica da posse .....	123
1.294 – Requisitos da tutela possessória .....	126
 § 210 – Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição	
1.295 – Origem dos interditos possessórios .....	130
1.296 – As ações possessórias .....	130
1.297 – Competência .....	131
1.298 – Legitimação ativa .....	131
1.299 – Legitimação passiva .....	132



1.299-a – Petição inicial .....	132
1.300 – Procedimento: as ações de força nova e força velha .....	133
1.301 – Medida liminar .....	134
1.302 – A decisão sobre a liminar .....	135
1.303 – Posse de coisas e posse de direitos .....	136
1.304 – O petitório e o possessório .....	137
1.305 – A exceção de propriedade no juízo possessório .....	140
1.306 – Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro .....	142
1.307 – Natureza dúplice das ações possessórias .....	143
1.308 – Natureza real das ações possessórias .....	144
1.309 – Natureza executiva do procedimento interdital .....	145
1.310 – Cumulação de pedidos .....	147
1.311 – Interdito proibitório .....	148
§ 211 – Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos	
1.312 – Embargos de terceiro .....	151
1.313 – Medida liminar e mandado de segurança .....	152
1.314 – Embargos de retenção .....	153
1.315 – Nomeação à autoria e denunciação da lide .....	153

#### Capítulo LXIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 212 – Generalidades	
1.316 – O direito de vizinhança e o direito de construir .....	158
1.317 – Nunciação de obra nova .....	159
1.318 – Conceito de obra nova .....	161
§ 213 – Procedimento da Nunciação de Obra Nova	
1.319 – Competência .....	163
1.320 – Legitimação ativa .....	163
1.321 – Legitimação passiva .....	165
1.322 – Participação do cônjuge .....	165
1.323 – Embargo extrajudicial .....	165
1.324 – Cumulação de pedidos .....	166
1.325 – Embargo liminar .....	167
1.326 – Prosseguimento da obra .....	168
1.327 – Especialização do rito da nunciação de obra nova .....	169
1.328 – Sentença e execução .....	169

#### Capítulo LXIV – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 214 – Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva	
1.329 – Noção de usucapião .....	172
1.330 – Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro .....	172
1.331 – Requisitos gerais do usucapião .....	172
1.332 – Requisitos do usucapião ordinário .....	178
1.333 – Requisitos do usucapião extraordinário .....	180
1.334 – Requisitos do usucapião especial .....	181
§ 215 – Condições de Procedibilidade	
1.335 – Legitimação ativa .....	184
1.336 – Legitimação passiva .....	185

1.337 – Competência .....	187
1.338 – Conexão e litispendência .....	188
§ 216 – Procedimento	
1.339 – Procedimento .....	191
1.340 – Petição inicial .....	191
1.341 – Citação .....	192
1.342 – Justificação preliminar .....	193
1.343 – Contestação .....	194
1.344 – Revelia .....	195
1.345 – Pendência de possessória .....	195
1.346 – Ministério Público .....	196
1.347 – Instrução e julgamento .....	196
1.348 – Sentença .....	197
1.349 – Coisa julgada .....	197
1.350 – Registro de imóveis .....	198
1.351 – Usucapião como matéria de defesa .....	199

### Capítulo LXV – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 217 – Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352 – Intróito .....	204
1.353 – Noções gerais .....	204
1.354 – As ações divisórias .....	205
1.355 – Objetivo do procedimento demarcatório e divisório .....	205
1.356 – Caráter unitário do procedimento .....	205
1.357 – Procedimento .....	206
1.358 – Citação única .....	207
1.359 – Natureza da ação .....	208
1.360 – Competência .....	208
1.361 – Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação .....	209
1.362 – Competência em caso de ações propostas separadamente .....	210
§ 218 – Ação de Demarcação	
1.363 – Legitimação ativa para o procedimento demarcatório .....	212
1.364 – Legitimação passiva para a demarcação .....	213
1.365 – Cumulação de demarcatória e reivindicatória .....	214
1.366 – Demarcatória cumulada com queixa de esbulho .....	215
1.367 – Roteiro geral do procedimento demarcatório .....	216
§ 219 – Ação de Divisão	
1.368 – Legitimação ativa para o procedimento divisório .....	219
1.369 – Legitimação passiva para a divisão .....	220
1.370 – Litisconsórcio passivo necessário .....	222
1.371 – Posição dos confrontantes na divisão .....	222
1.372 – Roteiro geral do procedimento divisório .....	223
§ 220 – Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373 – Divisão e demarcação de posse .....	226
1.374 – Questões possessórias .....	226
1.375 – Coisa julgada .....	227
1.376 – Rescisão do julgado divisório .....	228
1.377 – Exceção de prescrição .....	229
1.378 – Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária) .....	230
1.379 – Formalidades importantes no juízo divisório .....	231
1.380 – Inépcia da petição inicial .....	232
1.381 – Execução de sentença .....	233

## Capítulo LXVI – Inventário e Partilha

§ 221 – Disposições Gerais	
1.382 – Intróito .....	240
1.383 – Caráter contencioso do inventário .....	240
1.384 – Inventário negativo .....	241
1.385 – Competência .....	241
1.386 – Universalidade do foro sucessório .....	242
1.387 – Questões solucionáveis no juízo sucessório .....	243
1.388 – Administração da herança .....	243
1.389 – O inventariante .....	244
1.390 – Encargos do inventariante .....	246
1.391 – Remoção do inventariante .....	247
1.392 – Legitimação para promover o inventário .....	249
§ 222 – Inventário	
1.393 – Procedimento .....	252
1.394 – Petição inicial .....	252
1.395 – Primeiras declarações .....	252
1.396 – Citações e interveniências .....	253
1.397 – Impugnação dos citados .....	254
1.398 – Herdeiro omitido nas declarações do inventariante .....	255
1.399 – Avaliação .....	256
1.400 – Últimas declarações .....	257
1.401 – Cálculo do imposto <i>causa mortis</i> .....	257
1.402 – Colações .....	258
1.403 – Sonegados .....	259
1.404 – Pagamento de dívidas do morto .....	260
§ 223 – Partilha	
1.405 – Espécies de partilha .....	263
1.406 – Partilha judicial. Deliberação .....	263
1.407 – Esboço e lançamento da partilha .....	265
1.408 – A sentença da partilha .....	266
1.409 – O formal de partilha .....	266
1.410 – Emenda ou retificação da partilha .....	267
1.411 – Pacto de não partilhar .....	268
§ 224 – Invalidação da Partilha	
1.412 – Ação de anulação e ação rescisória de partilha .....	272
1.413 – Conceituação de partilha judicial .....	272
1.414 – Conceituação de partilha amigável .....	274
1.415 – Casuismo da rescisória de partilha .....	275
1.416 – Ação de nulidade de partilha .....	276
1.416-a – Ação de petição de herança .....	277
§ 225 – Arrolamento	
1.417 – Simplificação do inventário .....	280
1.418 – Arrolamento sumário do art. 1.031 .....	280
1.419 – Arrolamento comum do art. 1.036 .....	282
1.419-a – Lei nº 6.858, de 24.11.80 .....	283
§ 226 – Disposições Comuns	
1.420 – Medidas cautelares .....	285

1.421 – Sobrepartilha .....	286
1.422 – Curatela especial ao herdeiro .....	286
1.423 – Inventários cumulados .....	287
1.424 – Honorários de advogado .....	287
1.425 – Extinção do processo por paralisação da causa .....	288
1.426 – Assistência judiciária .....	288
1.427 – Terceiros prejudicados .....	289
 Capítulo LXVII – Embargos de Terceiro	
§ 227 – Generalidades	
1.428 – Conceito .....	298
1.429 – Natureza jurídica .....	299
1.430 – Requisitos .....	299
1.431 – Ato judicial atacável .....	301
1.432 – Penhora de bem alienado em fraude contra credores .....	302
1.433 – Casos especiais .....	303
1.434 – Embargos a atos do juízo divisório .....	303
1.435 – Embargos do credor com garantia real .....	304
 § 228 – Procedimento	
1.436 – Legitimação ativa .....	307
1.437 – Legitimação passiva .....	310
1.438 – Oportunidade .....	310
1.439 – Competência .....	311
1.440 – Procedimento .....	312
1.441 – Sentença .....	313
 Capítulo LXVIII – Habilitação	
§ 229 – Procedimento da Substituição da Parte Falecida	
1.442 – Conceito .....	318
1.443 – Legitimidade para requerer a habilitação .....	318
1.444 – Competência .....	319
1.445 – Procedimento .....	319
1.446 – Ação de habilitação .....	319
1.447 – Habilitação do adquirente e do cessionário .....	320
1.448 – Efeito do deferimento da habilitação .....	320
1.449 – Habilitação direta nos autos do processo principal .....	320
 Capítulo LXIX – Restauração de Autos	
§ 230 – Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos	
1.450 – Conceito .....	326
1.451 – Objetivo do procedimento .....	326
1.452 – Legitimidade .....	327
1.453 – Competência .....	327
1.454 – Procedimento .....	327
1.455 – Julgamento da restauração .....	328
1.456 – Autos extraviados no tribunal .....	328
1.457 – Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos .....	328
 Capítulo LXX – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio	
§ 231 – Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	
1.458 – Conceito .....	332

1.459 – Procedimento da execução do preço .....	332
1.460 – Procedimento da recuperação da própria coisa .....	332

### Capítulo LXXI – O Juízo Arbitral

§ 232 – Procedimento da Arbitragem	
1.461 – O juízo arbitral no direito brasileiro .....	338
1.462 – Disposições gerais .....	339
1.463 – Convenção de arbitragem .....	339
1.464 – Cláusula compromissória .....	340
1.465 – Requisitos da cláusula compromissória .....	340
1.466 – Execução da cláusula compromissória .....	341
1.466-a – Cláusula “cheia” e cláusula “vazia” .....	342
1.466-b – Direito intertemporal .....	343
1.467 – Autonomia da cláusula compromissória .....	345
1.468 – Compromisso arbitral .....	345
1.469 – Extinção do compromisso arbitral .....	346
1.470 – Os árbitros .....	346
1.471 – O procedimento .....	347
1.472 – Medidas cautelares .....	348
1.472-a – Sentença arbitral .....	349
1.472-b – Requisitos da sentença arbitral .....	349
1.472-c – Recursos .....	350
1.472-d – Nulidade da sentença arbitral .....	350
1.472-e – Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras .....	351
1.472-f – Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro .....	353

### Capítulo LXXII – Ação Monitória

§ 233 – Noção Geral do Procedimento Monitório	
1.473 – Intróito .....	356
1.474 – Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo .....	356
1.475 – Em que consiste o procedimento monitorio .....	357
§ 234 – A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	
1.476 – Condições de admissibilidade da ação monitoria .....	361
1.477 – O procedimento monitorio brasileiro .....	361
1.478 – Objeto .....	363
1.479 – Legitimidade ativa .....	363
1.480 – Legitimidade passiva .....	364
1.481 – Prova .....	365
1.482 – Procedimento .....	368
1.483 – Embargos à ação monitoria .....	370
1.484 – Coisa julgada .....	371

### Parte XVII – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária

#### Capítulo LXXIII – Jurisdição Voluntária

§ 235 – Generalidades	
1.485 – Intróito .....	376
1.486 – Iniciativa do procedimento e participação dos interessados .....	377
1.486-a – Litigiosidade incidental .....	378
1.487 – A função do juiz .....	378
1.488 – Procedimentos .....	379

## Capítulo LXXIV – Alienações Judiciais

§ 236 – Procedimento das Alienações Judiciais	
1.489 – Alienações judiciais .....	382
1.490 – Alienações cautelares .....	382
1.491 – Iniciativa da medida .....	382
1.492 – Casos de alienação judicial expressos em lei .....	383
1.493 – Leilão .....	383
1.494 – Avaliação prévia .....	384
1.495 – Publicidade .....	384
1.496 – Arrematação .....	385
1.497 – Destino do produto da alienação .....	385
1.498 – Custódia do produto .....	385
1.499 – Outros bens alienáveis judicialmente .....	386
1.500 – Bens indivisíveis em inventário e partilha .....	386
1.501 – Bens de órfãos .....	387
1.502 – Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	387
1.503 – Alienação irregular do bem comum indivisível .....	389
1.504 – Procedimento especial da adjudicação .....	389

## Capítulo LXXV – Separação Consensual

§ 237 – Procedimento da Separação Consensual	
1.505 – Noções introdutórias .....	394
1.506 – Natureza jurídica .....	394
1.507 – Requisitos .....	394
1.508 – Legitimação .....	395
1.509 – Competência .....	395
1.510 – Petição inicial .....	395
1.511 – Procedimento .....	397
1.512 – Sentença de homologação .....	398
1.513 – Reconciliação do casal .....	398
1.514 – Revisão e rescisão do acordo de separação .....	398

## Capítulo LXXVI – Testamentos e Codicilos

§ 238 – Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo	
1.515 – Objetivo do procedimento .....	402
1.516 – Competência .....	403
1.517 – Procedimento .....	403
1.518 – Sentença .....	403
1.519 – Efeitos .....	403
1.520 – Busca e apreensão .....	404
1.521 – Testamento público .....	404
1.522 – Testamento particular .....	404
1.523 – Procedimento .....	405
1.524 – Testamentos marítimo e militar e codicilo .....	407
1.525 – Testamenteiro .....	407

## Capítulo LXXVII – Herança Jacente

§ 239 – Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente	
1.526 – Conceito moderno de jacência da herança .....	412
1.527 – Competência .....	412

1.528 – Legitimação .....	412
1.529 – Procedimento .....	413
1.530 – A administração da herança jacente .....	414
1.531 – Habilitação .....	414
1.532 – Declaração de vacância .....	414
<b>Capítulo LXXVIII – Bens de Ausente</b>	
§ 240 – Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533 – Ausência .....	418
1.534 – Pressupostos .....	418
1.535 – Competência .....	418
1.536 – Fases do procedimento .....	418
1.537 – Procedimento da primeira fase .....	418
1.538 – Procedimento da sucessão provisória .....	419
1.539 – Conversão da sucessão provisória em definitiva .....	420
<b>Capítulo LXXIX – Coisas Vagas</b>	
§ 241 – Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540 – Conceito .....	424
1.541 – Legitimação .....	424
1.542 – Competência .....	424
1.543 – Cabimento .....	424
1.544 – Procedimento .....	425
<b>Capítulo LXXX – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos</b>	
§ 242 – Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545 – Natureza jurídica da interdição .....	428
1.546 – Legitimado passivo .....	428
1.547 – Competência .....	428
1.548 – Legitimidade para promover a interdição .....	428
1.549 – Petição inicial .....	429
1.550 – Procedimento .....	429
1.551 – Sentença .....	430
1.552 – Eficácia da sentença sobre atos do interditando .....	431
1.553 – Rescisória .....	431
1.554 – Levantamento da interdição .....	432
1.555 – Investidura dos curadores .....	432
1.556 – Remoção de curador .....	432
1.557 – Disposições comuns à nomeação de tutor e curador .....	433
<b>Capítulo LXXXI – Organização e Fiscalização das Fundações</b>	
§ 243 – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
1.558 – Conceito de fundação .....	438
1.559 – Procedimento da instituição da fundação .....	438
1.560 – Estatutos confiados à elaboração de terceiro .....	439
1.561 – Alteração do estatuto .....	439
1.562 – Extinção da fundação .....	439
<b>Capítulo LXXXII – Especialização da Hipoteca Legal</b>	
§ 244 – Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
1.563 – Conceito de hipoteca legal .....	444

1.564 – Competência .....	444
1.565 – Legitimação .....	444
1.566 – Procedimento .....	445
1.567 – Bens insuficientes .....	445
1.568 – Especialização negocial .....	446
1.569 – Eficácia da hipoteca .....	446

### Parte XVIII – Juizado Especial Civil

#### Capítulo LXXXIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 245 – Juizado Especial Civil, ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570 – Intróito .....	452
1.571 – Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas? .....	453
1.572 – O Juizado Especial Civil .....	453
1.573 – Criação do Juizado Especial .....	454
1.574 – Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil .....	455
1.575 – Princípios informativos .....	455
1.576 – Princípio da oralidade .....	455
1.577 – Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial .....	456
1.578 – Conciliação .....	457
1.579 – A facultatividade do Juizado Especial .....	458
§ 246 – O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580 – Competência .....	460
1.581 – Foro competente .....	460
1.582 – Competência para execução forçada .....	460
1.583 – Limitações à competência .....	461
1.584 – O órgão judicante .....	461
1.585 – Distribuição de funções: tarefa do juiz .....	461
1.586 – Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores .....	462
1.587 – O juízo arbitral .....	463
§ 247 – Partes	
1.588 – Legitimação <i>ad causam</i> .....	465
1.589 – Legitimação <i>ad processum</i> .....	465
1.590 – Litisconsórcio e intervenção de terceiros .....	466
1.591 – Intervenção do Ministério Público .....	466
§ 248 – Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592 – Os atos processuais e sua forma .....	468
1.593 – O procedimento .....	468
1.594 – A propositura da ação .....	468
1.595 – Citações e intimações .....	469
1.596 – Requisitos da citação .....	469
1.597 – Intimações .....	470
1.598 – A audiência de conciliação, instrução e julgamento .....	470
1.599 – A resposta do réu .....	471
1.600 – As provas .....	472
§ 249 – A Sentença e os Recursos	
1.601 – A sentença .....	474



1.602 – Recursos .....	474
1.603 – Extinção do processo .....	476
§ 250 – Execução e Disposições Especiais	
1.604 – Execução forçada .....	479
1.605 – As despesas processuais no Juizado Especial Civil .....	480
1.606 – Curadorias e assistência judiciária .....	480
1.607 – Acordos extrajudiciais .....	481
1.608 – Ação rescisória .....	481
1.609 – Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais .....	481

#### Capítulo LXXXIV – O Juizado Especial Federal

§ 251 – As Pequenas Causas na Justiça Federal	
1.610 – A instituição do Juizado Especial Federal .....	484
1.611 – Disciplina legal .....	484
1.612 – Princípios informativos .....	484
1.613 – Competência absoluta .....	485
§ 252 – Órgão Judicante	
1.614 – Composição do órgão judicante .....	487
1.615 – Sessão de conciliação .....	487
1.616 – Competência .....	487
1.617 – Causas de competência dos Juizados Especiais Federais.....	487
§ 253 – Partes	
1.618 – Legitimação .....	490
1.619 – Intervenção de terceiros e litisconsórcio .....	490
1.620 – Ministério Público .....	490
1.621 – <i>Jus postulandi</i> e representação das partes .....	490
§ 254 – Atos Processuais e Procedimento	
1.622 – Princípios .....	492
1.623 – Atos de comunicação processual .....	492
1.624 – Uso de meios eletrônicos .....	492
1.625 – Prazos .....	492
1.626 – Petição Inicial .....	492
1.627 – Resposta .....	493
1.628 – Exceções .....	493
1.629 – Sessão de conciliação .....	493
1.630 – Instrução probatória .....	494
1.631 – A sentença e as máximas de experiência .....	494
1.632 – Reexame necessário .....	495
§ 255 – Sistema Recursal	
1.633 – Recursos no Juizado Especial .....	497
1.634 – Recurso especial e recurso extraordinário .....	497
1.635 – Incidente de uniformização de jurisprudência.....	497
§ 256 – Execução e Medidas Preventivas	
1.636 – Execução .....	500
1.637 – Medidas cautelares .....	500
1.638 – Antecipação de tutela .....	500

Parte XIX – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados  
fora do Código de Processo Civil

Capítulo LXXXV – Ações Constitucionais

§ 257 – A Constituição e o Processo

1.639 – O direito processual constitucional .....	506
1.640 – Os fundamentos do direito processual constitucional .....	506

§ 258 – Mandado de Segurança

1.641 – Conceito .....	508
1.642 – Natureza da ação .....	508
1.643 – Legitimação ativa .....	509
1.644 – Legitimação passiva .....	509
1.645 – Ato de autoridade judicial .....	511
1.646 – Litisconsórcio .....	511
1.647 – Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo .....	512
1.648 – Procedimento .....	512
1.649 – Liminar .....	512
1.650 – Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança .....	514
1.651 – Competência .....	514
1.652 – Sentença e coisa julgada .....	515

§ 259 – Mandado de Segurança Coletivo

1.653 – Conceito .....	517
1.654 – Legitimação ativa .....	517
1.655 – Legitimação passiva .....	518
1.656 – Procedimento e competência .....	518

§ 260 – Mandado de Injunção

1.657 – Conceito .....	520
1.658 – Objeto .....	520
1.659 – Pressupostos .....	520
1.660 – Legitimação .....	521
1.661 – Competência .....	521
1.662 – Procedimento .....	522

§ 261 – *Habeas Data*

1.663 – Conceito .....	524
1.664 – Natureza jurídica .....	524
1.665 – Legitimidade e interesse .....	525
1.666 – Objeto do <i>habeas data</i> .....	525
1.667 – Competência .....	526
1.668 – Procedimento .....	526
1.669 – Cumprimento da sentença .....	527
1.670 – Coisa julgada .....	527

§ 262 – Ação Popular

1.671 – Conceito .....	529
1.672 – Requisitos .....	529
1.673 – Atos atacáveis pela ação popular .....	530
1.674 – Legitimação .....	530
1.675 – Procedimento .....	531
1.676 – Sentença .....	531

1.677 – Coisa julgada .....	532
1.678 – Execução .....	532
1.678-a – Prescrição .....	532

#### Capítulo LXXXVI – Ações Coletivas

§ 263 – Ação Civil Pública e Outras Ações Coletivas	
1.679 – Histórico .....	534
1.680 – Direito material coletivo e direito processual coletivo .....	534
1.681 – Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública .....	535
1.681-a – Objeto da ação civil pública .....	535
1.682 – Ações coletivas possíveis após o CDC .....	536
1.683 – Legitimação .....	538
1.684 – O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos ...	538
1.685 – Competência .....	541
1.686 – Procedimento .....	541
1.687 – Liminar .....	541
1.688 – Coisa julgada .....	541
1.689 – Execução .....	543

#### Capítulo LXXXVII – Ações Locatícias

§ 264 – Generalidades	
1.690 – Dos procedimentos e suas disposições gerais .....	546
1.691 – Tramitação durante as férias forenses .....	546
1.692 – Competência do <i>forum rei sitae</i> .....	546
1.693 – Valor da causa .....	547
1.694 – Atos de comunicação processual .....	547
1.695 – Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias .....	548

§ 265 – Ação de Despejo	
1.696 – Natureza .....	550
1.697 – A força executiva do procedimento .....	550
1.698 – A liminar na ação de despejo .....	551
1.699 – Legitimação .....	552
1.700 – Documentação da petição inicial .....	553
1.701 – Concordância do locatário com a pretensão do locador .....	553
1.702 – Denúncia vazia .....	554
1.703 – Denúncia cheia .....	554

§ 266 – Ação de Despejo por Falta de Pagamento	
1.704 – Cabimento .....	556
1.705 – Conseqüência da cumulação de pedidos .....	556
1.706 – Purga da mora .....	557
1.707 – Reiteração abusiva da purga da mora .....	557
1.708 – Purga da mora e contestação .....	558

§ 267 – Execução da Sentença de Despejo	
1.709 – Desocupação voluntária .....	560
1.710 – Execução forçada .....	560
1.711 – Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel .....	561
1.712 – Execução provisória e caução .....	561
1.713 – Abandono do imóvel pelo locatário .....	561

§ 268 – Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	
1.714 – Cabimento .....	564
1.715 – Legitimação .....	564
1.716 – Pressupostos .....	565
1.717 – Procedimento .....	565
1.718 – Petição inicial .....	565
1.719 – Depósito judicial .....	565
1.720 – Prestações vincendas .....	565
1.721 – Revelia .....	566
1.722 – Contestação .....	566
1.723 – Reconvensão .....	566
1.724 – Complementação do depósito após a contestação .....	566
1.725 – Levantamento do depósito .....	567
§ 269 – Ação Revisional de Aluguel	
1.726 – Cabimento .....	569
1.727 – Natureza .....	569
1.728 – Legitimação .....	569
1.729 – Procedimento .....	569
1.730 – Petição inicial .....	570
1.731 – Aluguel provisório .....	570
1.732 – Contestação .....	571
1.733 – Sentença .....	571
1.734 – Verbas da sucumbência .....	572
1.735 – Execução de sentença .....	572
1.736 – Acordo de desocupação .....	572
§ 270 – Ação Renovatória	
1.737 – Cabimento .....	574
1.738 – Natureza jurídica .....	574
1.739 – Legitimação .....	575
1.740 – Procedimento .....	576
1.741 – Petição inicial .....	576
1.742 – A defesa do locador .....	578
1.743 – Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais .....	579
1.744 – Defesa baseada no valor real da locação .....	579
1.745 – Defesa baseada em melhor proposta de terceiro .....	580
1.746 – Retomada para construção ou reconstrução .....	580
1.747 – Retomada para uso próprio .....	581
1.748 – Aluguel provisório .....	581
1.749 – Sentença .....	581
1.750 – Sentença de retomada .....	582
1.751 – Execução de sentença .....	583
1.752 – Indenização de perdas e danos .....	583

#### Capítulo LXXXVIII – Ações Decorrentes de *Leasing* e Alienação Fiduciária

§ 271 – Alienação Fiduciária em Garantia	
1.753 – Introdução .....	586
1.754 – Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis) .....	587
1.755 – Busca e apreensão .....	587
1.756 – Ação de depósito .....	589
1.757 – Ação de execução .....	589
1.758 – Execução da alienação fiduciária de bem imóvel .....	590

§ 272 – Arrendamento Mercantil ( <i>Leasing</i> )	
1.759 – Noção de arrendamento mercantil .....	592
1.760 – Ações decorrentes do <i>leasing</i> .....	592
<i>Bibliografia</i> .....	595
<i>Índice Onomástico</i> .....	605
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i> .....	609
<i>Índice dos Fluxogramas</i> .....	629